



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CARTA CONTRATO Nº 36/2021

CARTA-CONTRATO TRE-RO N. 36/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI N. [0003261-13.2020.6.22.8000](#)

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA G & S IMAGENS DO BRASIL LTDA, PARA ASSINATURA E ACESSO A BANCO DE IMAGENS ON-LINE, PARA UTILIZAÇÃO PELA JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ 04.565.735/0001-13 com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e do CPF 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **G & S IMAGENS DO BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n 02.195.059/0001-08, com sede na Rua Roque Petroni Júnior, 1089 - 10º andar, Conjunto 1016 - Jardim das Acácias, CEP: 04.707-000, Município de São Paulo/SP, Telefones: (11) 3515 9607, (11) 3515 9639 e (11) 3515-9600, E-mails: servico.brl@gettyimages.com.br, financeiro@gettyimages.com.br, andre.pantaleao@gettyimages.com.br e tarcisio.moreira@gettyimages.com.br; neste ato representada pelo Senhor **ANDRÉ CRISCIBENE PANTALEÃO**, nacionalidade, estado civil, Cédula de Identidade n. 19.710.705-9/SSP-SP, CPF n. 283.065.988-06 e E-mail: .

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO e, supletivamente, Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei 10.406/2002 (Código Civil), bem como Resolução TSE n. 23.234/2010.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, II, da Lei n. 8.666/93 e Cotação de Preços 009/2020-SLC.

Ato de Autorização da Despesa e Ratificação da Dispensa de Licitação: Despacho 2115/2020-PRES/DG/GABDG, de 30/12/2020, evento [0645539](#).

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto desta Carta-Contrato a contratação de assinatura e acesso a Banco de Imagens *on-line* para utilização pela Justiça Eleitoral de Rondônia, conforme respectivas condições constantes no Projeto Básico respectivo e na Carta-Proposta da CONTRATADA, e com as seguintes funcionalidades, além das atualizações durante a contratação:

I - O plano de assinatura anual deve contemplar, no mínimo, 250 (duzentos e cinquenta) imagens de alta resolução por mês para **3 (três) usuários (logins) com possibilidade de acesso *on-line* não simultâneo em computadores diferentes**, sem limite de *downloads* diários;

II - O objeto deverá conter, no mínimo, as características descritas no **QUADRO 1** adiante:

QUADRO 1	
CARACTERÍSTICAS	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS
Quantidade no banco de imagens	No mínimo, 5 (cinco) milhões de imagens de alta resolução (incluindo fotos, ilustrações, gravuras e vetores). É desejável também que o banco contenha imagens exclusivas.
Tipo de imagens	Fotos, ilustrações, gravuras e vetores.
Acesso ao serviço e compartilhamento	Pela internet, com utilização de login e senha, para 3 (três) usuários (3 logins) com possibilidade de acesso <i>on-line</i> simultâneo em computadores diferentes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Downloads de imagens e vetores	No mínimo, 250 (duzentos e cinquenta) imagens de alta resolução por mês. O saldo eventualmente não utilizado em um determinado mês permanecerá disponível para <i>download</i> nos meses seguintes compreendidos no período de vigência do contrato.
Uso/destinação das imagens e vetores	<p>a) Uso Digital: sites; modelos de site; postagem em contas institucionais de redes sociais (<i>facebook, twitter, youtube</i> etc) <i>banners</i> educativos; protetores de tela; papéis de parede; <i>e-cards; e-mails; e-books</i>; apresentações, modelos de apresentação (<i>PowerPoint, Flash</i> etc.); modelos de documento; quaisquer outros modelos; propaganda de TV, uso em vídeos e filmes; itens para distribuição gratuita; uso não comercial; etc.;</p> <p>b. Uso impresso: capas e ilustrações para folhetos, <i>flyers, folders</i>, cartilhas, jornais, livros ou revistas consistindo inteiramente ou em grande parte de ilustrações, com finalidade educativa e de distribuição gratuita; propaganda ou publicidade em jornais e revistas; materiais de propaganda ou publicidade impressos com distribuição gratuita; cartões de visita; pôsteres e cartazes educativos; capas de CD/DVD; pacotes, etiquetas, papelaria: pastas, cadernos, canetas, lápis e adesivos; atrativos; calendários; canecas e copos; <i>mousepads</i>; camisetas, roupas; itens para distribuição gratuita; uso não comercial; etc.</p>
Idioma/interface do site/plataforma de acesso ao banco de imagens	Exclusivamente em Português BR.
Suporte	<p>Mínimo de segunda a sexta-feira em horário comercial, com atendimento em língua portuguesa.</p> <p>O suporte técnico compreende a solução de problemas, incluindo o esclarecimento de dúvidas.</p> <p>O fornecedor deverá oferecer suporte, de segunda a sexta-feira, no horário comercial no sistema <i>on-site</i>, e-mail ou telefone fixo no Brasil.</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – Os dados de acesso deverão ser encaminhados para o e-mail: **secoms@tre-ro.jus.br**, dentro do prazo definido para disponibilização do acesso ao banco de imagens e a assinatura deverá ser realizada em nome do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

Subcláusula Segunda- Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico e a Cotação de Preços respectivos, a proposta da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

Subcláusula Terceira - A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

(Artigo 57, § 1º e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, e não poderá ser prorrogada.

Subcláusula única – A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da assinatura deste instrumento, sendo este marco temporal adotado como data-base para fins de apuração do período de 12 (meses) de efetiva disponibilização dos serviços.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – O valor contratado para atender todo o período da vigência é de **R\$ 14.025,00** (quatorze mil e vinte e cinco reais), consoante proposta da CONTRATADA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira - No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos incidentes, encargos sociais, trabalhistas, fretes, lucro, materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, etc., conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda – As condições quanto à eventuais: reajuste, repactuação, reequilíbrio, revisão e à outras eventuais alterações constam detalhadas na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

Subcláusula Terceira – As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do Orçamento Ordinário da Justiça Eleitoral de Rondônia, PROGRAMA DE TRABALHO: 02195059/0001-08, NATUREZA DE DESPESA: 339039-01, NOTA DE EMPENHO: 2020NE001534, de 30/12/2020, conforme resumo a seguir:

QUADRO 3					
CATEGORIA ORÇAMENTO)	(TIPO	DE	Orçamento	Ordinário	(Manutenção Geral)
AGREGADOR			Operação dos serviços administrativos		
DESPESA AGREGADA			Assinatura de Periódicos e Anuidades		
PLANO INTERNO			AOSA GRAVFO		

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O pagamento desta contratação será efetuado à contratada em parcela única, no valor contratado, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta comercial ou em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis após a disponibilização dos serviços contratados, por meio do acesso ao banco de imagens, da apresentação da Fatura/Nota Fiscal respectiva e da atestação dessa nota fiscal/fatura pelo fiscal da contratação, sendo que o CONTRATANTE fará as retenções legais aplicáveis.

Subcláusula Primeira - Caso haja alguma pendência quanto à regularidade fiscal da contratada, o gestor deste instrumento notificará a contratada determinando providências de regularização, estabelecendo prazo para tal.

Subcláusula Segunda - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento, ou no prazo estabelecido, ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade, sendo que, no caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

Subcláusula Teceira - Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos.

Subcláusula Quarta - Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Subcláusula Sexta - O pagamento, quando houver eventuais reajuste, repactuação, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido.

Subcláusula Sétima - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

Subcláusula Oitava - Identificada qualquer cobrança indevida ou erro na documentação enviada para pagamento, o pagamento ficará sobrestado e os fatos serão informados à CONTRATADA para regularização, sendo que a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

Subcláusula Nona - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Décima - A compensação financeira prevista na presente cláusula será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – São obrigações do CONTRATANTE:

I - Cumprir e fazer cumprir todos as condições, os preços e os prazos estabelecidos pelas regras contratuais (Projeto Básico e este instrumento);

II – Expedir a nota de empenho no valor da contratação e enviá-la à CONTRATADA;

III - Fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto deste instrumento;

IV - Receber os serviços da assinatura anual, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o início da disponibilização dos serviços;

V – Rejeitar os serviços da assinatura anual, na eventualidade da CONTRATADA não disponibilizar, de forma injustificada, os acessos aos serviços objeto da contratação ou fazê-lo em desacordo com as regras do projeto básico;

VI - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

VII - Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas no contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, se injustificadas;

VIII - Aplicar à CONTRATADA as sanções legais, regulamentares e contratuais;

IX - Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;

X – Realizar o pagamento antecipado da assinatura anual à CONTRATADA, conforme regras previstas na seção “DO PAGAMENTO” deste instrumento; e

XI - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, XII e XIII, da Lei nº 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEXTA – São obrigações da CONTRATADA:

I - Executar os serviços de acordo com termos, condições, preços e prazos descritos no Projeto Básico e neste instrumento, podendo ser destacado, entre outras obrigações:

- a) Disponibilizar ininterruptamente o acesso e uso das imagens;
- b) Garantir a continuidade da prestação dos serviços, providenciando a imediata correção de falhas identificadas na sua execução, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE;
- c) Disponibilizar as imagens com a qualidade proposta; e
- d) manter os canais de suporte na forma e condições registradas na sua proposta.

II - Iniciar a prestação dos serviços, por meio da disponibilização do acesso ao banco de imagens, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir de 29/12/2020, sob pena das sanções descritas nesta Carta-Contrato;

III – Apresentar a nota fiscal/fatura dos serviços para pagamento, nos termos pactuados;

IV - Comunicar por escrito eventual atraso ou anormalidade que possa interromper ou paralisar a prestação dos serviços, prestando os esclarecimentos e justificativas ao CONTRATANTE;

V - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;

VI - Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio do CONTRATANTE ou de terceiros, desde que advindo de sua culpa dolo na prestação dos serviços, ainda que de forma involuntária;

VII - Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

VIII - Não transferir a outrem o objeto desta Carta-Contrato;

IX– Manter-se, durante toda a execução desta contratação, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas no Projeto Básico;

X - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto desta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93;

XI - Apresentar, se entender necessário, pedidos de prorrogação do prazo de execução dos serviços contratados, dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando que:

a) Os pedidos de prorrogação de prazo deverão apresentar a devida justificativa e ser dirigidos à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação de um dos gestores do contrato, decidir acerca desses pedidos formulados; e

b) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para execução do serviço, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008- TRE-RO.

XII - Sujeitar à ampla fiscalização do CONTRATANTE, inclusive respondendo a todas as solicitações e diligências que se fizerem necessárias;

XIII - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO;

XIV - Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor deste instrumento para adimplemento de obrigação contratual; e

XV - Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 67, da Lei nº 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização desta Carta-Contrato serão exercidas pela Seção de Comunicação Social - SECOMS e pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – CJD, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhes, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO 04/2008.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços.

Subcláusula Segunda – Os procedimentos adotados são os previstos no Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – O descumprimento injustificado das obrigações ora assumidas sujeitas a CONTRATADA ao pagamento de multa moratória, consoante o caput e §§ do artigo 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I - Descumprir o prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir de 29/12/2020, **para iniciar a prestação dos serviços** por meio da disponibilização do acesso ao banco de imagens:

- a) Até 5 (cinco) dias corridos de atraso: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Carta-Contrato;
- b) De 6 (seis) a 15 (quinze) dias corridos de atraso: multa de 20% (dez por cento) sobre o valor da Carta-Contrato;
- c) Atraso superior a 15 (quinze) dias corridos: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da Carta-Contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da Carta-Contrato.

II – Interromper a prestação dos serviços objeto desta Carta-Contrato:

- a) Até 5 (cinco) dias de interrupção: atrasos: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;
- b) De 6 (seis) a 15 (quinze) dias de interrupção: atrasos: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;
- c) Interrupção superior a 15 (quinze) dias corridos: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da Carta-Contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da Carta-Contrato.

III – Deixar de prestar suporte ou prestá-lo de forma ineficaz, contrariando as condições estabelecidas na Carta-Contrato:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Primeira ocorrência: multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Carta-Contrato;
- b) Segunda ocorrência: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Carta-Contrato;
- c) Terceira ocorrência: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Carta-Contrato;
- d) Quarta ocorrência: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do Carta-Contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do instrumento contratual.

IV – Descumprir as demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor da Carta-Contrato:

- a) Primeiro descumprimento: multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Carta-Contrato;
- b) De 2 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Carta-Contrato;
- c) Mais de 5 (cinco) descumprimentos: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da Carta-Contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da Carta-Contrato.

Subcláusula Primeira – Se a CONTRATADA se recusar a assinar, injustificadamente, ou não apresentar situação regular no ato da assinatura deste termo, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á à aplicação de advertência e de multa de até 10% sobre o valor adjudicado, podendo ainda ser caracterizado o descumprimento total da obrigação, conforme art. 81 da Lei n. 8.666/93, e sujeitos as sanções legalmente estabelecidas neste instrumento.

Subcláusula Segunda – Nas hipóteses de inexecução parcial ou total injustificada das obrigações estipuladas nesta Carta-Contrato, com fundamento no artigo 87 da Lei n. 8.666/93, poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA – O valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas à contratada, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

Subcláusula Primeira – O valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas à contratada, deverá ser automaticamente descontada do pagamento da fatura a que fizer jus.

Subcláusula Segunda – No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da IN TRE-RO 05/2009).

Subcláusula Terceira – Caso a CONTRATADA não tenha créditos a receber deste Tribunal, o valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas a mesma, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

Subcláusula Quarta – Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido no PB, seu valor será corrigido com juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, conforme determina o art. 29 e 30 da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Lei n. 10.522/2002 e o Acórdão n. 1.603/2011 do Tribunal de Contas da União.

Subcláusula Quinta – Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

Subcláusula Sexta – No mesmo ato, o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Sétima – Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2.

Subcláusula Oitava – As multas e demais penalidades previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante e, obrigatoriamente, devem ser registradas no SICAF.

Subcláusula Nona – O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Décima - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – Esta Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos a que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da administração;
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Primeira – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 7, de 18 de outubro de 2005, constitui causa de rescisão contratual a contratação, pela empresa contratada, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Segunda – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Terceira - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela Administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às requisições já efetuadas e aos serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta Carta-Contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta - Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sétima - Por se tratar de contratação de escopo, com previsão de prestação de serviços por 12 meses, não há previsão de reajuste de preços, em nenhuma das modalidades.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XI e XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicam-se a legislação, as normas e os documentos indicados no início desta Carta-contrato, nos itens “Legislação aplicável” e “Fundamento legal”.

Subcláusula única – Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E por estarem CONTRATANTE e CONTRATADA assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que segue assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo

Porto Velho-RO, 07 de janeiro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	ANDRÉ CRISCIBENE PANTALEÃO Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ CRISCIBENE PANTALEÃO, Usuário Externo**, em 07/01/2021, às 17:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 11/01/2021, às 16:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 11/01/2021, às 20:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 12/01/2021, às 08:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003261-13.2020.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO

ASSUNTO: Análise – Dispensa de Licitação – Assinatura de Banco de Imagens. Minuta de Carta-contrato.

PARECER JURÍDICO Nº 287 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (CJD), objetivando a contratação de empresa especializada em fornecimento de Assinatura de Banco de Imagem *on-line* pelo período de 12 (doze) meses, para utilização pela Justiça Eleitoral de Rondônia ([0613548](#)).

02. No Despacho nº 1986/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0615117](#)), o titular da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) autoriza a elaboração do estudo técnico preliminar (ETP) e do projeto básico (PB), solicitada pela coordenadora da unidade citada contida na Solicitação de Contratação 1 ([0613552](#)).

03. Em seguida, a unidade demandante juntou o ETP – Para Dispensas e Inexigibilidades ([0617369](#)) e, após diversas providências, o PB nº 2/2020 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0638792](#)), contendo a especificação do objeto, a justificativa, os critérios de sustentabilidade ambiental, critérios de aceitação do objeto, valor e prazo, condições de participação e habilitação, contrato, pagamento e gestão e fiscalização.

04. Registra-se que o chefe da Seção de Licitação e Compras (SLC) informou a elaboração da cotação de preços para o serviço pretendido e seu envio ao mercado especializado, bem como as ocorrências deste procedimento, como se verifica na Informação nº 82/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0638792](#)).

05. O secretário da SAOFC, por meio do Despacho nº 2384/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0637345](#)), direciona os autos à COMAP para a análise do PB, à COFC para programação orçamentária da possível despesa, à SECONT para elaboração de minuta do instrumento contratual e, por último, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico, com vistas ao retorno dos autos ao Gabinete da SAOFC para a devida manifestação e prosseguimento do feito.

06. A SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária PRES/DG/SAOFC/COFC ([0638342](#)) no valor de R\$ 14.025,00 (quatorze



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mil vinte e cinco reais), com a informação do Pré-Empenho 2020PE000407 e o Plano Interno GRAVFO, ao final registrando que *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.*

07. Em seguida, a COMAP, unidade responsável pelas avaliações dos Termos de Referências, nos termos do item **XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE nº 004/08**, concluiu que o PB juntado complementado pela Cotação de Preços encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei nº 8.666/93 para **contratação direta com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93**, a ser analisada pela Assessoria Jurídica, nos termos do art. 11 da IN nº 004/2008-TRE-RO, manifestando-se ao final pela adjudicação do objeto a empresa **G&S IMAGENS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 02.195.059/0001-08**, para contratar com a Administração Pública, a qual ofertou menor preço (Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 162/2020 - [0638820](#)).

08. A SECONT carreu aos autos minuta da carta-contrato ([0639972](#)), e o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica ([0640168](#)).

09. Por fim, a SECOMS, na Informação nº 54/2020 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0642410](#)), apresentou justificativa quanto presença de apenas duas cotações válidas na pesquisa de preço. É o necessário relato.

II – ANÁLISE JURÍDICA

10. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

11. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

II - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

12. Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, “a”, da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelece o valor de **R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais). Além disso, a Lei nº 14.065/2020, em seu artigo 1º, inciso I, letra “b”, estabelece novo limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a dispensa de licitação durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, reconhecido no Decreto Legislativo nº 6/2020.

13. No caso em tela, o valor da aquisição pretendido é de **R\$ 14.025,00** (quatorze mil vinte e cinco reais), conforme demonstrado no Projeto Básico ([0638792](#)) e na Cotação de Preço realizada ([0637279](#)). Assim, está dentro do limite legal acima apresentado. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

14. Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado especializado, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (**art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93**).

15. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade**.

16. No vertente caso, foram obtidas no mercado local 02 (duas) cotações de preços válidas ([0637279](#) e [0637305](#)) - ofertadas por empresas aptas a contratar com o setor público - e 01 (uma) cotação sem este requisito ([0637276](#)) que foi utilizada apenas como parâmetro de preço para as demais.

17. Com relação a este tema, embora haja entendimento do TCU que a cotação deve ser realizada com pelo menos **três empresas** aptas a contratar com o Administração Pública (**Acórdão nº 1782/2010-Plenário**), essa Corte também reconhece que as particularidades do caso concreto poderão impedir a participação na cotação dessa quantidade de empresas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18. Nesse contexto, merece ser trazido a lume trecho do Manual de compras diretas, elaborado pelo TCU, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

Na jurisprudência do TCU, é possível identificar claramente a preocupação do Tribunal em relação a fatores externos que podem prejudicar a correta e célere instrução de um processo de compra. Diante de eventuais dificuldades na pesquisa de preços, **basta o gestor comprovar a existência dessas limitações, evitando assim que o processo de compras se arraste no tempo, às vezes até prejudicando o benefício obtido com a compra.** Tal entendimento pode ser extraído do Acórdão nº 2.203/2005 da 1ª Câmara:

1.2. observe os princípios que orientam o procedimento licitatório (art. 3.º da Lei n.º 8.666/93), em especial ao princípio da isonomia entre os licitantes, ainda que se trate de simples cotação de preços junto a fornecedores a qual deve ser a mais ampla possível, **porém dentro das limitações de mercado existentes para determinados objetos, cuja existência deve ser justificada; (...)**

19. Reforçando esse posicionamento, o Acórdão nº 1.565/2015 – Plenário do TCU aponta que a pesquisa de preços para os casos de dispensa e inexigibilidade deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações. Veja-se:

A justificativa do *preço* em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) **no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima;** (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os *preços* praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (sem grifo no original)

20. Na Informação nº 54/2020 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0642410](#)), que complementa o PB juntado ([0638792](#)), a SECOMS justifica a ocorrência desta situação, aduzindo a restrição do mercado local para o fornecimento do objeto, uma vez que, após alteração do objeto da cotação inicial realizada pela SLC ([0629399](#)), a nova pesquisa de mercado não logrou êxito na obtenção de 3 cotações válidas para balizar o capítulo referente ao preço de contratação.

21. Destarte, deve-se levar em consideração a cotação de preço realizada nos autos, pois existe competitividade limitada do fornecimento do objeto pretendido no mercado especializado e consonância entre os preços apresentados pelas empresas cotantes, bem como está presente nos autos justificativas para ausência em comento.

22. Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa G&S IMAGENS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 02.195.059/0001-08, no valor de R\$ 14.025,00 (quatorze mil vinte e cinco reais), justificando, portanto, a escolha desse fornecedor.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão preenchidos.

23. Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS – e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (Sem grifo no original)

24. No caso ventilado, a empresa que ofertou melhor proposta apresenta sua regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados no evento [0629390](#), devendo apenas ser atualizadas antes da assinatura do contrato, caso haja alguma vencida. Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

25. Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa G&S IMAGENS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 02.195.059/0001-08, no valor de **R\$ 14.025,00** (quatorze mil vinte e cinco reais), a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

26. Apesar da aplicabilidade do enquadramento legal da dispensa apontada no caso concreto, é necessário a Administração verifica a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

realização de contratação de mesma natureza, com intuito de afastamento de eventual discussão acerca de **fracionamento indevido de despesa**. Ainda, o procedimento adotado, em regra, neste Tribunal para demonstração da ausência desta irregularidade é a juntada do quadro-resumo das aquisições e contratações processadas no exercício corrente e/ou certidão da unidade competente atestando esta situação.

27. No caso em comento, tendo em vista não constar nos autos informação sobre a ausência de fracionamento indevido de despesa, não é possível a demonstração categórica de que a Administração não realizou contratações de mesma natureza. Logo, orienta-se que seja observado no planejamento de contratações deste Tribunal, a fim de verificar inexistência de falha evidente de planejamento ou que se pretenda buscar a contratação direta dos serviços para subtrair a operação da modalidade competitiva exigida pela lei de Licitações, atentando-se que, na linha de pacífico entendimento desta Administração, o raciocínio acerca do fracionamento irregular do objeto não é meramente matemático, demanda a análise do caso concreto.

28. Nesse sentido, considerando que essa informação é parte importante para a instrução dos procedimentos de contratação direta, esta unidade jurídica solicita que seja informado ou certificado, pela unidade de análise do TR (COMAP) ou outra que achar mais conveniente, o fato de que a administração não realizou contratações da mesma natureza do objeto que se quer contratar.

29. Ademais, o fato de disponibilização à assessoria do acesso aos autos de registro de processos de despesa, não significa, via de regra, que é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a prática de tal ato administrativo. Incumbe isto sim, a cada agente público observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

30. De outro lado, o Projeto Básico nº 2/2020 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0638792](#)), complementado pela Cotação de preços nº 004/2020 – SECOMS ([0637279](#)) e Informação nº 54/2020 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0642410](#)), possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos.

31. Neste ponto, é importante alerta que, na análise deste documento, a COMAP (unidade com atribuição regimental para avaliar e processar os pedidos de contratação, os projetos básicos/termos de referência e para requerer junto a unidade solicitante ou mesmo efetuar os ajustes pertinentes - Regimento Interno da Secretaria do TRE-RO, artigo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3º, inciso XXIV) deve verificá-lo minuciosamente a fim de constatar a presença de todas as informações necessárias. Isto evitará complementação posterior à aprovação do PB, como ocorreu nos presentes autos ([0638820](#) e [0642410](#)), e agilizará a tramitação das contratações neste Tribunal.

III – CONCLUSÃO

32. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta da empresa G&S IMAGENS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 02.195.059/0001-08 por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993; e

b) pela apresentação do PB juntado aos autos ([0638792](#)) à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

33. Em atendimento ao comando do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93 passa-se a análise formal dos termos do instrumento contratual. A minuta da carta-contrato ([0639972](#)) encontra-se em conformidade com as regras da Lei Geral de Licitações e Contratos e atende aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, razão pela qual não há reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim, esta AJDG **aprova** seus termos para cumprimento do dispositivo citado.

34. Sugere-se a observação da solução apresentada por esta AJDG nos tópicos 26 à 31 desse opinativo para melhor instruir os autos, principalmente no que concerne ao afastamento do fracionamento de despesa.

35. Ainda, ressalta-se a necessidade de comprovação da situação de regularidade da empresa, antes da formalização do carta-contrato, porquanto vencida as certidões juntadas ao evento [0629390](#).

36. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 17/12/2020, às 17:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 17/12/2020, às 17:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003261-13.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de Assinatura de Banco de Imagem *on-line*.

DESPACHO Nº 2115 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação - CJD, objetivando a contratação de empresa especializada em fornecimento de Assinatura de Banco de Imagem *on-line* pelo período de 12 (doze) meses, para utilização pela Justiça Eleitoral de Rondônia ([0613548](#)).

Carreou-se aos autos a cotação de preços para o serviço pretendido, bem como as ocorrências deste procedimento ([0629399](#)). Verificou-se, ao final, que o melhor preço objetivo na cotação realizada foi oferecido pela empresa G&S Imagens do Brasil Ltda., no valor de R\$ 14.025,00 (quatorze mil vinte e cinco reais).

Juntou-se ainda, após diversas providências, o Projeto Básico nº 2/2020 ([0638792](#)), contendo a especificação do objeto, a justificativa, os critérios de sustentabilidade ambiental, critérios de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aceitação do objeto, valor e prazo, condições de participação e habilitação, contrato, pagamento e gestão e fiscalização.

A SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária [0638342](#) no valor de R\$ 14.025,00 (quatorze mil vinte e cinco reais), com a informação do Pré-Empenho 2020PE000407, ao final registrando que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA e LDO referentes a este exercício financeiro.

A COMAP manifestou-se pela regularidade do PB e adjudicação do objeto à referida empresa, por encontrar-se regularmente habilitada a contratar com a Administração Pública, em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93 para contratação direta com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei n. 8.666/93 ([0638820](#)).

Por sua vez, a SECONT elaborou minuta de carta-contrato, evento nº [0639972](#), e encaminhou os autos à AJDG, a qual, em análise, concluiu pela viabilidade de contratação direta da empresa por dispensa de licitação; pela aprovação do projeto básico, e, além disso, aprovou os termos da minuta de carta-contrato elaborada pela SECONT, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos. Ademais, sugeriu a observação da solução apresentada nos itens 26 a 31 do Parecer Jurídico AJDG [0642895](#).

Instada, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação e se manifestou nos mesmos termos da AJDG. Em relação ao item 31 do Parecer Jurídico AJDG, informou que esta Administração não realizou contratações da mesma natureza do objeto que se pretende contratar, restando afastada a situação de fracionamento irregular de despesa ([0643814](#)).

Compulsando os autos, entende-se possível enquadrar a despesa pretendida no art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993, realizando-se a contratação, diretamente, com a empresa G&S IMAGENS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 02.195.059/0001-08, no valor de R\$ 14.025,00 (quatorze mil vinte e cinco reais), a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

A Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral, apesar da aplicabilidade do enquadramento legal da dispensa apontada no caso concreto, pontuou ser necessário a Administração verifica a realização de contratação de mesma natureza, com intuito de afastamento de eventual



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

discussão acerca de fracionamento indevido de despesa. Em análise, o secretário da SAOFC informou que esta Administração não realizou contratações da mesma natureza do objeto que se pretende contratar, restando afastada eventual situação de fracionamento irregular de despesa ([0643814](#)).

Diante do exposto e com base nas atribuições de competências delegadas pelo artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 66/2018, esta Diretora-Geral:

1. **Aprova o Projeto Básico 2** ([0638792](#)), pela autoridade competente, com fundamento no [Inc. IX do art. 6º c/c inc. I do art. 7º da Lei n. 8.666/93](#);

2. **Autoriza a despesa**, de forma direta, por dispensa de licitação, com fulcro no [Inc. II do art. 24 da Lei n. 8.666/93](#);

3. Adjudica o objeto à empresa **G&S Imagens do Brasil Ltda.**, CNPJ nº. 02.195.059/0001-08, e **autoriza a emissão de Nota de Empenho** no valor de **R\$ 14.025,00** (quatorze mil vinte e cinco reais) **em seu favor**.

À SAOFC para a continuidade das ações visando à contratação pretendida, devendo observar a atualização das certidões antes de efetivada a contratação, em atendimento ao item 35 do Parecer Jurídico AJDG [0642895](#).



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 30/12/2020, às 11:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.